
This is the **accepted version** of the book part:

Castro, Olga; Guimarães Barboza, Beatriz Regina. «Tradução feminista além dos binários : os gêneros como desafios de tradução». *Estudos de Tradução e Comunidade LGBT. Sobre vozes entendidas e transformistas textuais*, 2024, p. 111-144

This version is available at <https://ddd.uab.cat/record/329698>

under the terms of the  IN COPYRIGHT license.

Tradução feminista além dos binários:
os gêneros como desafios de tradução

Feminist translation beyond binaries:
issues of gender in translation

“A change in linguistics is not just a reflection of some more fundamental social change: it is, itself, a social change” (CAMERON, 1990, p. 90)¹

“Living struggles accelerate changes in language” (FEINBERG, 1996, p. ix)²

Olga Castro^{3*}

Beatriz Regina Guimarães Barboza^{4**}

1. Nota de abertura

Este capítulo constitui uma versão substancialmente revisada, reestruturada, atualizada e ampliada do texto de Olga Castro em edição bilingue castelhano-inglês, intitulado “Traducción no sexista y/en el cambio social: el género como problema de traducción” e “Non-Sexist Translation and/in Social Change: Gender Issues in Translation” (tradução feminista feita por Charlotte Melly, com epílogo da autora), que foi apresentado como uma comunicação em abril de 2007 e publicado em 2010 no livro *Compromiso Social y Traducción/Interpretación — Translating/Interpreting and Social Activism*, com edição de Julie Boéri e Carol Maier. Desde então, têm acontecido importantes mudanças sociais e desenvolvimentos nas disciplinas acadêmicas dos estudos feministas e dos estudos cuir⁵/*queer*, que afetam o campo da linguística feminista e que, portanto, devem necessariamente repercutir também no campo dos estudos feministas da tradução⁶. Por isso, o convite para traduzir esse texto ao português brasileiro para sua publicação neste livro, *Estudos da Tradução & Questões LGBTQI+*, tornou-se uma oportunidade fortuita para que Olga Castro e Beatriz Regina Guimarães Barboza estabelecessem um diálogo fértil que possibilitasse sua reescrita atualizada neste novo contexto, incorporando uma abertura para as correntes de pensamentos atuais. Constatada uma frequente separação entre os estudos feministas da tradução e os estudos *queer* da tradução, sobretudo nas propostas concebidas a partir dos segundos como argumentaremos mais abaixo, neste capítulo queremos ampliar e fortalecer alianças, entrecruzando elementos críticos de ambas as subdisciplinas para facilitar um maior entendimento mútuo. Além disso, incluímos um envolvimento com contribuições recentes da linguística feminista e *queer* em inglês e português brasileiro, e uma reflexão sobre os desafios que a linguagem normativa cis-

¹ [Uma mudança na linguística não é somente uma reflexão de uma mudança social mais fundamental: é, ela si mesma, uma mudança social] (tradução ao português brasileiro de Beatriz Regina Guimarães Barboza, assim como de todas as outras citações).

² [As lutas vivas aceleram as mudanças na linguagem].

^{3*} Professora titular de estudos da tradução na Universidade de Warwick. e-mail: olga.castro@warwick.ac.uk

^{4**} Pesquisador de doutorado no programa de pós-graduação em estudos da tradução na Universidade Federal de Santa Catarina. e-mail: beatriz.r.guimaraes@gmail.com

⁵ Fazemos referência a uma das possíveis traduções de *queer* feitas no contexto latino-americano (VALENCIA, 2015).

⁶ Adotamos a postura política de utilizar somente minúsculas na nomeação de áreas e campos de estudo, contra a suposição hierárquica que as maiúsculas implicam, em alinhamento com outres que também assim se colocam.

heteropatriarcal supõe para a tradução em geral, e para a tradução entre esse par de línguas em particular.

A mudança de paradigma de uma inicial “tradução não sexista” do texto concebido em 2007 e publicado em 2010, centralizado em refletir sobre como o feminino e masculino se fazem presentes na linguagem e sua importância para a tradução, até a atual proposta fundamental de uma “tradução feminista além dos binários” em 2021, traz consigo o reconhecimento de que existe uma imposição cotidiana dos binários “feminino-masculino” a constituir nossa sujeição, mas busca subvertê-la. Logo, mantendo sempre a perspectiva *feminista* como ponto de partida emancipador, é urgente ir *além do binarismo* para alcançarmos alguns dos objetivos primordiais que buscamos aqui (considerando complexidade de processos aos quais esse tema se refere): entre eles, valorizar o papel da linguagem na tradução como uma das ferramentas que possibilitam afetações e/m diálogos necessários em meio às mudanças sociais que nos aproximam de uma justiça global, na qual os gêneros não sejam um referencial discriminatório; e também valorizar tradutor^{les} como ativistas e agentes que realizam mediações linguísticas e culturais, as quais sempre terão motivações e consequências políticas e sociais. Alinhando-nos com os estudos feministas da tradução a partir de uma perspectiva transnacional (CASTRO, ERGUN, FLOTOW e SPOTURNO, 2020), realizamos uma indagação particular estratégica, ainda que provisória, em meio a esses estudos, para articular assim uma proposta mais inclusiva que não reduza os gêneros ao espectro binário. No entanto, optamos por prescindir do termo “linguagem inclusiva” porque, como destacado por Ártemis López, “el lenguaje no binario es solo una pequeña parte del ‘lenguaje inclusivo’, que también incluye estrategias lingüísticas antirracistas, anticapacitistas y anticoloniales, entre muchas otras”⁷ (2020, p. 296). No entanto, ir além nessas propostas, em prol de uma linguagem e/m tradução que seja mais acolhedora, considera as elaborações que há décadas se têm feito e abriram caminhos, como as estratégias de tradução não sexista. Afinal, o apagamento de algumas histórias de resistência aliadas muitas vezes também acaba se fazendo como uma invisibilização opressora.

A tradução feminista além dos binários se trata de uma proposta necessariamente limitada por nossa situacionalidade [*situatedness*] (HARAWAY, 1995[1988]), nosso lugar de fala (RIBEIRO, 2019) e posição geopolítica, que, portanto, chama por outras perspectivas críticas para sua expansão e/m mudança epistemológica, como a crítica ecossocialista, decolonial e muitas outras. Apresentamos este texto como primeiro resultado do começo de nossos diálogos contribuindo para o tema, o que, justamente por seu caráter iniciático, está aberto para críticas, reformulações e derivações.

Como últimas observações, as referências e citações ainda pertinentes no texto de 2010 foram mantidas, mas um número considerável de referências foi adicionado no processo de atualização do texto; isso resulta em um conjunto de referências bibliográficas consideravelmente extenso, mas que gostaríamos pudesse servir de ponto de partida para quem desejar se aprofundar na temática. Aquelas partes que consideramos obsoletas ou irrelevantes para o contexto brasileiro atual foram eliminadas desta versão. Além disso, neste capítulo adaptamos os exemplos práticos concretos do galego (uma língua com a qual o português compartilha a origem) e do castelhano para o português brasileiro sempre que possível e pertinente. Além do mais, optamos pela escrita de ambos termos em cuir/*queer* por reconhecemos que cuir é uma das possíveis traduções da palavra *queer*, com suas próprias aberturas de diálogo. E, finalmente, também como parte de nossa vontade de articular neste

⁷ [A linguagem não binária é somente uma pequena parte da ‘linguagem inclusiva’, que também inclui estratégias linguísticas antirracistas, anticapacitistas e anticoloniais, entre muitas outras]. Exemplos de estratégias para todas essas situações (raça, gênero, LGTBI, diversidade funcional, saúde mental), podem ser encontradas em *Para construir un mundo más igualitario. Guía de comunicación inclusiva* do Ajuntament de Barcelona (<https://ajuntament.barcelona.cat/guia-comunicacio-inclusiva/es/>).

capítulo uma teoria praticante e uma prática teorizante, tanto a redação quanto a tradução deste texto ao português brasileiro contaram com estratégias de linguagem não binária e com estratégias de tradução além dos binários propostas nesse mesmo capítulo.

2. Reflexões gerais sobre gênero no *cistema* heteropatriarcal

Os feminismos têm sido e continuam sendo um dos principais movimentos sociais dos últimos séculos, e seu impacto se percebe em esferas e âmbitos da vida muito diversos, em muitas sociedades do mundo todo. Se foi central para os feminismos a formulação e extensa utilização a partir dos anos de 1970 do conceito de gênero, fazendo referência ao conjunto de papéis socioculturais designados às pessoas em função de seu gênero em diferentes sociedades de forma sistemática e estrutural (SCOTT, 1986), é importante não incorrer em generalizações universais sobre os gêneros, pois, como afirmam Carol Maier e Françoise Massardier-Kenney, “gender definitions are neither universal nor absolute manifestations of inherent differences but relatively local, constantly changing constructions contingent on multiple historical and cultural factors”⁸ (1996, p. 230). Com efeito, não tardou para que a adoção inicial do gênero como categoria central (e exclusiva) nos feminismos dessa época se abalasse pela necessidade incontornável de articular gênero com raça, sexualidade, classe e mais (ANZALDÚA, 1981; 1987), através da interseccionalidade (CRENSHAW, 1991), inclusive questionando o próprio entendimento de gênero (BUTLER, 2018[1988]; 2017[1990]) e sua colonialidade (MENDOZA, 2017[2010]). É por isso que os feminismos em diálogo com os movimentos cuir/*queer*, por um lado, localizam a discriminação contra pessoas, em meio ao amplo espectro de gêneros, na cristalização subjetiva de diferentes e assimétricos papéis com determinadas expectativas sociais correspondentes. E, por outro, recorrem a diversas terminologias para identificar a complexa estrutura em que jazem esses construtos socioculturais do *cistema* (em referência à norma cisgênero) heteropatriarcal racista fundado no/pelo capitalismo e seus regimes neoliberais, cujo funcionamento tem como base a exploração humana e as consequentes desigualdades entre culturas.

Considerando essas (auto)críticas com relação ao entendimento de gênero e seus atravessamentos, é indispensável ter presente a já mencionada interseccionalidade, enxergando os parâmetros identitários, como raça, geografia, classe e/ou sexualidade e mais, com os quais o gênero sempre interage; isto é, algo que há décadas é proposto pelos feminismos pós-coloniais, racializados, lésbicos, transfeministas e as teorias cuir/*queer* (conferir HOOKS et al. 2004) e que retomam e reivindicam com vigor propostas mais recentes, como os feminismos transnacionais descoloniais (BOZZANO, 2019), para os quais a tradução é ferramenta crucial para possibilitar diálogos e alianças transfronteiriças que por fim permitam erradicar as hierarquias (ALVAREZ, 2009; ALVAREZ et al, 2014; CASTRO e ERGUN, 2017; CASTRO e SPOTURNO, 2020; COSTA, 2009; COSTA e ALVAREZ, 2014). E, em segundo lugar, também questionar o que cada um desses parâmetros significa em si e em tradução para cada contexto, em sua materialização concreta. Como destaca Judith Butler em “Gender in Translation/ Beyond Monolingualism” [Gênero em tradução/ além do monolinguismo] (2019), o próprio conceito de gênero possui uma história (epistemologicamente marcada no mundo anglófono) situada e demanda uma tradução (FLOTOW e SCOTT, 2016) para que determinados entendimentos arraigados não sejam impostos com seu uso, como a suposição de um binarismo corporal e/m (de) gênero. Assim, reconhecemos a necessidade de expor nosso entendimento de gênero neste trabalho como “o mecanismo pelo qual noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas também pode muito bem ser o aparato pelo qual

⁸ [definições de gênero não são manifestações universais nem absolutas de diferenças inerentes, mas construções contingentes relativamente locais, constantemente mudando em múltiplos fatores históricos e culturais]

tais termos são desconstruídos e desnaturalizados” (BUTLER, 2017[2004], p. 695), o que permite desconstruir a própria noção binária sedimentada e assim abrir espaços para entendimentos outros de escuta e/m tradução.

Sustentamos que não é possível tomar gênero desarticuladamente de outras variáveis identitárias, mas desejamos focalizar a categoria, mobilizando esse significado como um ponto de partida para estrategicamente analisá-lo, deixando em aberto para entrecruzamentos. Este trabalho, por sua vez, volta-se a como os gêneros são inscritos na linguagem, ainda que *cuir/queer* também trate de uma falha representacional (LEOPOLDO, 2020) e nos atente para o fato de que “talvez seja exatamente por meio de práticas que reforçam a desidentificação para com essas normas regulatórias — mediante as quais a diferença sexual é materializada — que tanto a política feminista como a política *queer* estão mobilizadas” (BUTLER, 2019[1993], p. 19). Reconhecendo a urgência política de nomear o que constitui as identidades, mas sem perder de vista a necessidade vital de desidentificação, tomamos as inscrições sociais como questão estratégica provisória. Com esse foco, temporal e contextualmente aberto a rearranjos, é possível localizar e tornar explícitos os mecanismos que produzem a opressão pela/na linguagem e a sustentam, sabendo que, além das estruturas materiais e práticas (violência cis-heterossexista, desigualdade salarial, marginalização das oportunidades de emprego e mais), a discriminação dos gêneros abarca as bases dos afetos, do logos e da ordem simbólica, as quais incluem os sutis procedimentos linguísticos e os processos lógicos através dos quais se produz o próprio significado e suas afetividades implicadas. Assim, pois, ir contra a discriminação de gêneros engloba muitas das práticas culturais, sociais e históricas que continuam perpetuando os sistemas de valores de nossas sociedades cis-heteropatriarcais. Um dos muitos aspectos de materialização desse ímpeto é o desejo de mudar características opressoras da linguagem como elemento importante no processo de nomear-se e inscrever-se das pessoas, uma vez que os feminismos e movimentos *cuir/queer* já colocaram em evidência a estreita relação entre as práticas de discriminação linguística e as realidades sociais. E a tradução, na medida que constitui uma prática linguística, cultural e ideológica, assim como um ponto de contato entre realidades linguísticas, culturais e ideológicas diferentes, desempenha nesse campo um papel importante e decisivo.

3. Gênero e linguagem

Ao longo das épocas, as correntes normativas da linguística definiram a linguagem como um conjunto de signos arbitrários que, em diferentes idiomas, refletem a realidade de forma transparente e neutra. No que diz respeito ao mundo “ocidental”, a partir dos anos de 1970, novas contribuições filosóficas provocaram um ponto de inflexão no estudo das ciências humanas, evidenciando que o que podemos acessar da realidade é nossa visão dela, mediada pela linguagem que usamos para falar dessa realidade: isto é, nossas mentes imaginam a realidade através da linguagem, que assim se transforma em regulação de nossos pensamentos, condutas e comportamentos.

Desta forma, descobriu-se o potencial da linguística como objeto de estudo para os feminismos, os quais propiciaram quase paralelamente o desenvolvimento de trabalhos sobre a intersecção entre gênero e linguagem. Desde seus começos, uma das principais linhas de pesquisa da linguística feminista foi a que abordava como a representação dos gêneros se realiza em diferentes idiomas, pois, dado que a linguagem não é somente um reflexo da realidade/sociedade, mas também constitui essa realidade/sociedade, a representação linguística das pessoas possui uma dimensão cognitiva reguladora que a torna determinante na construção mental e emocional dos papéis sociais. Logo, ocupando-se de estudar como os gênero se materializam na linguagem, a linguística feminista buscou compreender de que maneiras as opressões se articulam na língua e como propor alternativas libertadoras nela.

Numerosos estudos foram realizados ao longo das últimas décadas sobre a representação linguística das pessoas em diferentes línguas, tanto a partir de concepções binárias em um primeiro momento (HELLINGER e BUSSMANN 2001; SUNDERLAND, 2006) como também, mais recentemente, a partir de concepções não binárias (conferir CARVALHO, 2020; CROUCH, 2017; LAU 2019a e 2019b; LÓPEZ 2020; LÓPEZ GÓMEZ e PLATERO, 2018) e, além disso, com enfoques holísticos, como em Scott Kiesling (2019), que considera a linguagem não binária dentro de um manual geral sobre gênero, sexualidade e linguagem⁹. A partir desses estudos e muitos outros se pode afirmar que a linguagem que o cis-heteropatriarcado nos dispõe se orienta pelas normas hegemônicas. Assim, pois, elas invisibilizam grupos minorizados — mas não minoritários, porque não são minoria — e estereotipam seus papéis, ao mesmo tempo que se apresentam como naturais e parte do senso comum: a constituição reguladora do normal.

Pode ser útil estabelecer dois níveis na hora de estudar como essa normatividade se materializa na linguagem, no caso concreto dos idiomas com os quais nos ocupamos. Decerto que esses níveis se cruzam, constituem-se mutuamente: descrevê-los não implica separá-los, apenas entender suas nuances específicas com relação aos gêneros. Um primeiro nível se localiza no discurso, comunicando-se através de escolhas concretas de uma pessoa falante ao fazer referência a seres humanos, quando não há uma norma gramaticalizada concreta que estipule qual é a opção adequada. Através do discurso, a linguagem cis-heteropatriarcal se transmite mediante valores ideológicos transfóbicos, homofóbicos e sexistas sobre os gêneros, inclusive estereótipos bastante danosos para determinados coletivos. Pois, por mais que essas normas não sejam parte da língua em si, esta se configura através de normas tácitas apreendidas nos processos de socialização: por exemplo, o uso de “transexual” no lugar de “transgênero”; “hermafrodita” no lugar de “pessoa intersexual”; ou também “mudança de sexo” no lugar de “cirurgia de redesignação de gênero”.

Em segundo lugar, encontra-se o nível da norma linguística, através do qual a normatividade gramatical se transmite designando às palavras algumas marcas que semanticamente representam os gêneros. O uso “correto” da língua, neste nível, implica cumprir as normas explícitas. Uma das marcas mais frequentes para representá-los é proporcionada pelo gênero linguístico, e daí a relação que em alguns idiomas existe entre o gênero das pessoas e essa categoria linguística, que se impôs em muitas línguas dentro da dualidade do feminino e do masculino. Dentro deste nível, e restringindo-nos às duas línguas de análise deste artigo, a relação entre um suposto gênero dimórfico e gênero linguístico binário é evidente em línguas como o inglês, que contam com um sistema no qual unicamente o outorgam aos seres sexuados, embora também possam se referir a esses seres sexuados sem o marcar. Vale dizer, no entanto, que o inglês conta com um gênero linguístico social em virtude do qual tradicionalmente outorga(va) gênero linguístico aos furacões ou aviões, carros e barcos, o que para Romaine (1997) corresponde a uma perspectiva antropocêntrica: os furacões são forças destrutivas e irracionais que o “homem” precisa dominar, enquanto que carros, barcos e aviões geralmente eram, como as mulheres, propriedades dos homens. Essa relação também existe em línguas como o português brasileiro, que possui um sistema de gênero gramatical binário em que não somente se marca uma atribuição de gênero aos seres sexuados, mas também a muitos outros substantivos, assim como utiliza o artigo “o”, atribuído ao masculino, como forma de substantivar adjetivos (“o complexo da questão” para referir-se a “complexidade”). Em idiomas com essa e outras formas de marcação, quando le referente são pessoas, os gêneros gramaticalizados no *cistema* tradicional (isto é, feminino e masculino) e sua inscrição linguística também convergem, prevalecendo um critério semântico que, em geral

⁹ Para consultar e contribuir com a bibliografia de estudos sobre linguística não binária e trans* em línguas diferentes do inglês, consultar: <<https://docs.google.com/document/d/19rBG6ZDhr-0rsNSmP71J-I6CzYpc0JztrdQkAG1o6qc/edit#>>.

(salvo nas pouco frequentes exceções dos epicenos), outorga gênero gramatical em função do gênero atribuído, inibindo reconhecimento a quaisquer outras inscrições que ainda não sejam contempladas pela gramática. É por essa dualidade imposta também pela/na linguagem que o binarismo se tornou tão enraizado a nível cognitivo. Assim, a normatização do gênero linguístico de acordo com valores cis-heteropatriarcais acaba hierarquizante e assimétrica, de maneira que o uso do masculino se propõe como supostamente neutro e genérico, enquanto que outras marcas de gênero se reservam exclusivamente para alguns grupos determinados.

Por um lado, a conclusão, a princípio, de que a linguagem normativa é patriarcal e sexista levou à redação de numerosos guias de manuais com conselhos práticos para a adoção de uma linguagem não sexista, na qual pessoas que se entendem mulheres e homens possam adquirir uma representação linguística mais equitativa em muitas línguas, também no inglês e no português brasileiro (GARCIA, 2018; PERUSSO 2014). E, se em uma etapa inicial a feminização de palavras para nomear as que se entendem mulheres encontrou resistência, pouco a pouco foi alcançando maior aceitação, até o ponto de haver hoje uma proposta de linguagem não sexista (ou linguagem inclusiva a partir de um ponto de vista de gênero) organizada através da legislação via decreto estadual no Brasil¹⁰. Por outro, na conclusão, a partir de estudos mais recentes, de que a linguagem normativa é cis-heteropatriarcal, também levou a propostas para possibilitar uma representação linguística das pessoas que visibilize as identidades não binárias, tanto em inglês (KIESLING, 2019)¹¹ como também em português brasileiro, contexto no qual existem alguns trabalhos sobre suas variantes e possibilidades (LAU, 2019a, 2019b; LAU e SANCHES, 2019; PINHEIRO, 2020; SILVA, 2018) assim como limites que ela enfrenta (SCHWINDT, 2020), e também há um empenho em tentar organizar os saberes sobre linguagem não binária de forma alternativa, através de plataformas digitais que se atualizam com frequência, como o Medium¹². Embora haja exemplos positivos da sua adoção em alguns lugares (ALONSO, 2019), com frequência as tentativas de inclusão de uma linguagem não binária que interfere nas estruturas gramaticais ainda enfrentam zombaria (LÓPEZ, 2020), ataques hostis (SENDÉN et al. 2015 apud LÓPEZ LEÓN, 2020) e dura oposição conservadora, como no caso do Brasil, até o ponto de haver projetos de lei para sua proibição¹³, o que diz muito dos retrocessos no cenário político brasileiro nos últimos anos.

Se as propostas em favor de uma linguagem feminista além dos binários demonstram como as mudanças nas práticas linguísticas acompanham as mudanças sociais por um mundo mais igualitário entre todos com relação aos gêneros, também as vozes que mostram uma forte oposição a ela parecem conscientes de seu potencial revolucionário, e por isso buscam ridicularizá-la para que nada mude e assim a hegemonia se mantenha. Para rebater essas vozes críticas, é importante destacar que as propostas para uma linguagem feminista além dos

¹⁰ Conforme Dantielli Assumpção Garcia: “No Brasil, temos até o momento somente o seguinte instrumento linguístico produzido: Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz, bem se entende (Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2014). Esse é resultado dos Decretos nº 49.994 e nº 49.995 (de 27 de dezembro de 2012) e a Lei nº 14.484 (de 30 de janeiro de 2014), implantados no estado do Rio Grande do Sul” (2018, p. 150).

¹¹ Mesmo que a habitual ausência de marcação de gênero no inglês possa parecer que implica uma menor necessidade de mudanças para que a linguagem consiga englobar identidades não binárias, a partir do ativismo *queer* tem-se criticado como o uso normativo do neutro leva a uma reprodução automática da norma, o que acaba por invisibilizar identidades trans* (e) não binárias. Isso torna necessária a adoção de neomorfemas e neologismos para criar alternativas possíveis. Um exemplo é a iniciativa da criação do Dia Internacional dos Pronomes (*International Pronouns Day*: <<https://pronounsday.org/>>) em 2018, a qual busca dar visibilidade às formas como cada pessoa se entende no mundo com relação aos gêneros como um princípio de dignidade a ser respeitado.

¹² Disponível em: <<https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b>>.

¹³ Conferir os projetos de lei dos deputados Junio Amaral (PSL-MG) (<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2265327>) e deputado Guilherme Derrite (PP-SP) (<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2265570>).

binários não buscam abordar as mudanças linguísticas como uma questão estética, de moda, ou politicamente correta; mas, justo ao contrário, trata-se de promover mudanças na forma como inscrevemos linguisticamente as pessoas (através do discurso e do gênero linguístico), porque isso obrigará falantes a pensar no que dizem e como o dizem, provocando assim mudanças a nível cognitivo e no imaginário social, o que, por sua vez, está estreitamente conectado com consequências materiais na sociedade. Conforme interpretamos as ideias mobilizadas por Deborah Cameron e Leslie Feinberg citadas no começo do capítulo, as mudanças sociais e as mudanças linguísticas se afetam entre si e geram desmembramentos a partir de suas interações, o que, por sua vez, pode ser acompanhado por políticas sociais¹⁴ para que a sociedade seja receptiva a elas.

4. Gênero, linguagem e tradução

Na atualidade, sociedades interagem mediante a tradução e vivemos em mundos traduzidos (ST-PIERRE, 2005). Isto é, há uma constante transmissão de conhecimentos e transferência de bens de consumo entre realidades linguísticas diferentes (nunca se traduziu tanto, desde obras literárias ou filmes, até embalagens de cereais ou bulas de remédios), de forma que as traduções hoje constituem uma parte muito importante dos textos que contribuem na configuração de nossas identidades e papéis sociais. Aí se enraíza, precisamente, o importante papel da tradução contra a cis-heteronormatividade patriarcal nas inscrições discursivas dos gêneros. Para que linguagem não binária se difunda nos usos, é fundamental que ela seja considerada não somente em textos escritos em uma determinada língua, mas também nas práticas de tradução de textos estrangeiros para essa língua: é por esse motivo que fazemos nossa proposta de tradução feminista além dos binários.

Para tanto, as práticas tradutórias (enquanto processos de mediação linguística e social) devem ser analisadas para desvelar como os gêneros se representam linguisticamente nelas, o que implica, por sua vez, abordar uma série de questões específicas para cada par linguístico. A título de ilustração, vamos focalizar na combinação linguística inglês/português brasileiro e vice-versa¹⁵. Em consonância com os dois níveis de análise mencionados anteriormente, o exame da representação linguística dos gêneros consta primeiro em um nível discursivo, centralizado naquelas expressões que no texto de partida transmitem algum aspecto relacionado com papéis de gênero, atrelados à normatividade que regula um contínuo sexo-gênero-sexualidade (BUTLER, 2017[1990]), as quais aparecerão em alguns enunciados determinados que contêm referências às pessoas. Em segundo lugar, consta um nível da norma linguística, que, diferentemente do anterior, estará quase sempre presente (e não somente em algumas ocasiões) nos textos a traduzir, através, por exemplo, da categoria linguística de gênero. Ambos níveis de análise se tornam fundamentais na hora de examinar o potencial da tradução como ferramenta de intervenção contra a linguagem cis-heteronormativa patriarcal.

No entanto, vamos observar mais atentamente a representação linguística das pessoas na tradução inglês/português brasileiro e vice-versa no nível da norma linguística, dado que neste nível as marcas de gênero aparecem (quase) sempre, independentemente da temática do texto. Essa presença constante outorga ao gênero linguístico um significado político e ideológico que o torna fundamental para a tradução, confrontando assim atitudes tradicionais que não o teriam em conta como um elemento significante ao traduzir, uma vez que o consideram como uma categoria pertencente às obrigações estruturais da linguagem. Em

¹⁴ No entanto, muitas vertentes dos ativismos feministas e *cuir/queer* receiam as cooptações institucionais, que já aconteceram tantas vezes e seguem ocorrendo, o que por um lado chama pela continuidade de ações estratégicas fora das instituições e também por intervenções na própria estrutura do sistema, desmantelando-o.

¹⁵ Conforme explicado em nota anterior, os únicos exemplos em castelhano neste capítulo são aqueles que foram resultado de um experimento específico de tradução realizado por Olga Castro na Universidade de Vigo em 2006.

síntese, comentaremos a importante repercussão que a tradução do gênero linguístico possui considerando a (in)visibilidade dos gêneros, dada a forte relação com sua representação através da categoria linguística. Em primeiro lugar, abordaremos os desafios que a tradução do gênero linguístico apresenta (4.1.) para depois analisar quais são os comportamentos dominantes (logo, normativos) na tradução (4.2.). Em seguida, justificaremos a necessidade de buscar alternativas para essas tendências dominantes, no marco dos estudos da tradução a partir da virada cultural, e com especial atenção às propostas dos estudos feministas transnacionais da tradução e os estudos *queer* da tradução (4.3.). A última parte constitui uma proposta prática para ajudar a pensar em possíveis soluções aos problemas de tradução, que se alinhem com uma linguagem feminista além dos binários, englobando a fase de leitura ativa, de reescrita crítica e de ética do contexto (4.4.).

4.1. Desafios de tradução do gênero linguístico

Os dilemas postos pela tradução do gênero linguístico são específicos para cada par linguístico de trabalho, e, por isso, sem pretensão de oferecer um compêndio exaustivo de exemplos, mostraremos alguns desses frequentes desafios na combinação linguística inglês/português brasileiro e português brasileiro/inglês (conferir CROUCH, [2017] para outros idiomas).

Ao traduzir de uma língua como o inglês (em que existem muitos “neutros”) para uma língua como o português brasileiro (com inúmeros sufixos de gênero e a *quase* obrigatoriedade de marcar o gênero do referente com substantivos e adjetivos), apresenta-se com frequência um desafio de tradução quando um texto que não explicita o gênero do referente deve evidenciá-lo na língua meta, ou quando explicita outros gêneros ainda não reconhecidos pela língua meta. No primeiro caso, na hora de traduzir um texto “neutro” do inglês, a tradução ao português brasileiro de “*my teacher's friend*” exige incorporar uma informação extra não incluída no texto de partida, correspondente ao gênero das pessoas presentes (seria igualmente válido “a amiga de minha professora”, “le amigue de minha professora”, “o amigo de meu professor”, “le amigue de meu professor”, “a amiga de meu professor” ou “o amigo de minha professora”, “amiga de minhe professorie”, “amigo de minhe professorie” e “le amigue de minhe professorie”, “amizade da pessoa que me dá aula” e “amizade de quem me dá aula”). As possibilidades são muitas e variadas. No segundo caso, se no inglês se está a usar “*they/them*” (e variações como “e/ey/em”, “per/per”, “sie/sir”, “ve/ver”, “zie/zim”, conferir CHAK, [2015]) no singular com referência a uma pessoa cujo gênero se desconhece ou cujo gênero é abertamente não binário, o dilema no português brasileiro pode tanto gerar um texto neutralizado que apague qualquer marca de gênero (mas isso implicaria eliminar uma marca que existe no texto de partida) até a adoção de neologismos como “elu”, “ile”, “ili” e outros possíveis. Muito equivocado seria usar o feminino ou o masculino para uma pessoa que no inglês se entende como “*they*” (ou variações de pronomes não binários), sendo esta uma prática errada bastante habitual, como se demonstrou recentemente ao falar das traduções de Amanda Gorman ao holandês, referindo-se a le escritorie e tradutorie Marieke Lucas Rijneved (pessoa não binária) com o feminino “a tradutora” ou “uma escritora”¹⁶.

Um outro exemplo que expõe as questões cuir/*queer* do inglês ao português brasileiro seria a tradução de uma frase de uma pessoa que se entende mulher que diz “*I live with my partner*”. Dentro da norma cis-heterossexista, essa frase pressuporia a norma heterossexual (“eu moro com meu companheiro”) entre duas pessoas cisgênero. As alternativas, por sua vez, poderiam ser “eu moro com meu amor”, “eu moro com minha pessoa amada”; ou também “eu

¹⁶ Conferir em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/poema-de-amanda-gorman-gera-debates-sobre-diversidade-racial-na-traducao-literaria-24947893>>.

moro com minhe companheire”, “eu moro com minha companheira” e “eu moro com meu companheiro”, sustentando a constante atenção para o fato de que a inscrição gramatical dos gêneros inclui pessoas trans* e cis. É importante destacar as implicações discursivas que afetam suposições subjetivas e sociais que tal afirmação pode sugerir (modelos de família atravessados por questões de raça, classe e mais) devido aos mecanismos regulatórios que supõem a norma como universal e o diferente como específico, ainda que não possamos nos estender nesta ampla discussão neste trabalho.

Invertendo o par de línguas, ao traduzir do português brasileiro ao inglês surgem também desafios de tradução quando as frases em português brasileiro não contêm sujeito explícito (por ex., “fez sua lição”), cuja tradução obriga a especificar o gênero do protagonista (“*he did his homework*”, “*she did her homework*”, “*s/he did her/his homework*”, “*someone did their homework*”, “*they did their homework*” e mais). Nessa frase, além disso, pode-se intuir que a tradução do possessivo de terceira pessoa “sua/seu/sue” ou “suas/seus/sues” estabelece um desafio similar, pois “todo mundo deveria tirar seus sapatos” poderia ser traduzido indistintamente “*everybody should take off his shoes*”, “[...] *her shoes*”, ou inclusive como “[...] *their shoes*”. Ao traduzir do português brasileiro ao inglês é frequente que venham à tona dilemas como quando na língua com gênero gramatical há um masculino que desconhecemos se tem valor genérico normativo ou específico, o que resulta relevante para a tradução (assim, o termo “tios” poderia se referir, em inglês, a “*uncles*”, “*aunts and uncles*”, “*aunt and uncle*”, “*aunt and uncles*” ou “*aunts and uncle*” ou até “*my parent’s siblings*”). Por último, quem traduz pode ter que reescrever um texto codificado em uma língua de partida que marca o gênero de um modo que não se faz na língua meta, como, por exemplo, quando o texto a traduzir menciona explicitamente o gênero do referente, mas o texto meta não precisa, embora possa, deixá-lo explícito (acontece ao traduzir “escritor” como “*writer*” ou “*male writer*”, ou ao traduzir “escritora” também como “*writer*” ou como “*woman writer*”, ou traduzindo “escritorie” por “*nonbinary writer*”). Nessa conjuntura, le/a/o tradutor/a/ie terá que decidir se convém agregar a informação sobre o gênero da pessoa em questão para não perder a informação que o sufixo feminino, não binário e masculino transmite na língua de origem (embora isso sempre provoque uma ganho extra que centraliza a atenção no gênero de quem se refere de forma mais acentuada àquela que se dava no texto de partida) ou se, ao contrário, é preferível renunciar a agregar essa informação do gênero linguístico (a custo de invisibilizar o gênero ou libertá-lo para interpretações mais abertas).

4.2. Comportamentos normativos dominantes na tradução: “Princípio do Macho-Cis-Hétero-como-Norma”

Existe hoje em dia muita literatura acadêmica que demonstra como, com efeito, a menos que se tome uma posição ideológica consciente e ativa, o habitual é traduzir conforme as expectativas e ideologias dominantes. Com o propósito de obter dados concretos e atualizados para um trabalho de investigação acadêmica, há quinze anos, Olga Castro realizou uma prova empírica com seu alunado da Licenciatura em Tradução e Interpretação (Universidade de Vigo, Galiza) do curso 2005/2006. O objetivo do experimento (CASTRO, 2006), era comprovar quais soluções um grupo de estudantes proporia para alguns desafios de tradução do gênero. Tratava-se de um momento histórico no qual a “linguagem não sexista” formava parte do debate público na Galiza e na Espanha (com governos progressistas nos dois níveis que legislaram a favor do não sexismo linguístico como parte importante do avanço para a igualdade), mas não considerava (ainda) a linguagem não binária. Mesmo assim, ainda é útil recordar-se dos resultados da prova e analisar sua carga cis-heteronormativa com relação aos debates mais recentes sobre a representação linguística dos gêneros.

Nesse experimento alunes deveriam traduzir textos breves de temática geral, nos quais foram inseridas frases relevantes, para posteriormente examinar os padrões de tradução do gênero linguístico, embora não tenham sido avisadas da finalidade da prova. Em geral, os resultados do experimento confirmaram o “*Male-as-Norm Principle*” ou Princípio do Macho-como-Norma (BRAUN, 1997, p. 3) através do qual, desconhecendo o gênero de sujeito a que se faz referência por um nome sem marcação generificada, opta-se compulsoriamente pelo masculino hegemônico, a não ser que existam estereótipos em sentido contrário. Fazer uma atualização da análise dos resultados hoje em dia, implicaria alongar esse princípio e chamá-lo de “*Cis-Straight-Male-as-Norm Principle*”¹⁷, já que a partir das perspectivas que nos trazem os estudos *cuir/queer*, esse masculino normativo somente contempla o homem heterossexual cisgênero, invisibilizando assim homens trans* e sexualidades outras. Além disso, também contribui tanto com a invisibilização do feminino e do não binário, quanto com o endosso de visões estereotipadas sobre todos os gêneros.

Para ilustrar esta tendência com alguns exemplos concretos do experimento, em um contexto genérico potencialmente inclusivo, a tradução de “*children*” foi “*niños*” em 90% dos casos; e “*se levantó y fue a trabajar*” foi “*he woke up*” em uns 75%. A tese de Braun se confirmou até o ponto de provocar o que, a partir de uma perspectiva normativa, se considerariam erros de tradução, pois “*one experiences one’s pregnancy differently*” se tornou em “*uno vive su embarazo de forma [...]*” em uns 53% dos casos e “*he’s a very famous gynecologist; his patients are very happy with him*” passou a ser em uns 76% das frases “*es un ginecólogo muy famoso; sus pacientes están muy contentos con él*”, originando situações bastante improváveis, como um homem cisgênero em consulta ginecológica como paciente (“*están muy contentos*”); e indo mais além, mesmo considerando um homem cis como grávido (“*uno vive su embarazo*”). Em outras ocasiões, o “*MAN Principle*” impediu uma tradução razoável diante da incapacidade de decifrar charadas como a tradução de “*a surgeon and his son went for a drive. They had a car accident and the father died. The son was taken to hospital. The surgeon called to the scene and said: — I can’t operate. This is my son*”. O trecho foi traduzido corretamente por apenas 10% do alunado, que soube ver que ou quem não pode operar é uma cirurgiã, ou que o filho vive numa família composta por dois pais. De acordo com os resultados dessa prova, a funcionalidade do “*MAN Principle*” só diminuiu quando existiam estereótipos na direção oposta, como o que sugere que a tradução de “*se levantó e hizo la cama*” fosse “*she woke up and [...]*” em uns 65% dos casos, e “*my cousin is so brave...*” fosse “*mi primo [...]*” para 95% dos alunes. Em nenhum dos casos, nota-se, foram consideradas opções não binárias, mas vale dizer novamente que o experimento ocorreu há quinze anos.

Concluindo, os resultados dessa prova empírica confirmam a tendência a reproduzir pautas linguísticas normativas na tradução, geralmente invisibilizando os gêneros feminino e não binário (em um plano linguístico) e pessoas que se entendem mulheres e não binárias (em um plano cognitivo), assim como não consideram homens trans* pelo masculino linguístico (nem cognitivo). Permite-se unicamente a aparição das que se entendem mulheres naquelas situações que reproduzem os papéis de gênero vigentes: a tradução reforça um uso normativo da linguagem na língua meta a partir de um texto que não exige essa postura (e insistimos na necessidade de enfrentar a norma, também na tradução). Por outro lado, esses resultados sugerem que les sujeitos do experimento: ou não consideraram os desafios postos pela tradução do gênero linguístico (contemplando-o como uma categoria gramatical sem sentido específico) e, como consequência, realizaram uma tradução inconsciente; ou, tendo considerado esses desafios, optaram deliberada e conscientemente por resolvê-los de acordo com as normas herdadas e expectativas derivadas (de forma mais ou menos explícita) do que significa traduzir

¹⁷ [Princípio do Macho-Cis-Hétero-como-Norma]. Como exemplo de nota de tradutorie-autorie, a tradução desse princípio compôs parte do processo de reelaboração do texto, de forma que não somente se traduzisse o conceito, mas que ele fosse atualizado.

bem, o que Hatim (2001) denominou ideologia da tradução. Essas normas e expectativas, que influenciam tanto na percepção de quem traduz sobre seu trabalho como na avaliação que a sociedade realiza desse trabalho, coincidem com o pensamento hegemônico, e por isso a tradução, buscando assegurar sua aceitação, tende a moldar-se ao paradigma do discurso dominante, em termos althusserianos como se definirá mais abaixo, mostrando assim um viés conservador incluído em maior medida do que no texto de partida (LEFEVERE, 1992).

4.3. Alternativas: justificação argumentada dentro do marco dos estudos feministas e estudos queer da tradução

A proposta de uma tradução feminista além dos binários se nutre das contribuições por parte das múltiplas teorias pós- (pós-colonialismo, pós-modernismo, pós-estruturalismo) que já há quatro décadas provocaram um ponto de inflexão nos estudos da tradução. Essas perspectivas incidiram na necessidade não mais centralizar o estudo da tradução no produto (como até então se fazia, enumerando técnicas para realizar uma simples substituição linguística, passando das estruturas superficiais de um texto às do outro com a mínima interferência possível, e conseguir assim a única tradução “perfeita”) para focalizá-lo no processo de tradução, concebida agora como uma atividade de mediação cultural (SNELL-HORNBY, 1991). No marco do denominado “*cultural turn*” (BASSNETT e LEFEVERE, 1991) ou virada cultural dos estudos da tradução, a ideologia se torna um conceito fundamental a se ter em conta no ato de traduzir: supera-se a conotação negativa outorgada tradicionalmente a esse termo como sinônimo de desvio da subjetividade para determinar que “*ideology rather than linguistics or aesthetics crucially determines the operational choices of translators*”¹⁸ (CRONIN, 2000, p. 695). Dado que a ideologia se transmite através do uso de palavras e discursos, resulta muito útil aplicar à tradução os princípios da análise crítica do discurso, a qual identifica a linguagem como uma prática social (FAIRCLOUGH e WODAK, 1997) para expor os valores e ideologias que subjazem à linguagem e que estruturam as relações de poder na sociedade. Demonstra-se também que, sob o uso linguístico representado como normativo e universalizante em cada idioma, a ideologia dominante se faz presente e coloca-se como dominante tanto em termos numéricos como por estar conforme os interesses das classes dominantes, o que lhe permite disfarçar-se de “não ideologia” e operar com frequência através de uma dinâmica inconsciente (ALTHUSSER, 1975).

A partir deste momento, reivindica-se o papel da tradutora¹⁹ em sua prática. Isto é, supera-se a velha suposição de que era um rele transmissor invisível, inocente e objetivo de um texto de uma língua para outro em outra língua, e reconhece-se o inexorável papel de mediação de le tradutorie, pois deve ser filtrado por uma interpretação dentre diferentes opções hermenêuticas, o que por sua vez demonstra que a possibilidade de uma tradução fiel e objetiva acaba sendo uma falácia, caindo por terra as noções de invisibilidade, equivalência, fidelidade, neutralidade ou objetividade. Isso implica reconhecer a vontade de recriação e não a de mera reprodução da tradução, outorgando identidade própria e autonomia ao texto traduzido com relação ao texto de partida, o que inclusive levou a formulações da tradução como reescrita (LEFEVERE, 1992).

A consideração da tradutora como agente de mediação ideológica está na base dos estudos feministas da tradução (conferir CASTRO e ERGUN [2018] para um repassado sobre

¹⁸ [a ideologia, mais que a linguística ou a estética, determina crucialmente as escolhas operacionais des tradutories]

¹⁹ Neste parágrafo, como uma técnica de escolha em contraponto, inclui tanto le tradutorie, a tradutora e o tradutor, uma vez que, lido como um todo, todes são consideradas.

o andamento deste âmbito de estudo²⁰). O estudo da tradução da representação de gênero a nível linguístico tem sido somente uma das muitas áreas de interesse na disciplina. Nas línguas europeias, documentaram-se intervenções feministas em traduções desde o século XVI, mas foi na década dos anos 1980, quando um grupo de tradutoras do Québec, no Canadá francófono, começaram a usar o rótulo de “feminista” para referirem-se às suas práticas de tradução, e assim autoproclamarem-se tradutoras feministas. Traduziam para o inglês textos literários vanguardistas de autoras francófonas também do Quebec, caracterizados por atacar a partir da con(s)ciência as convenções misóginas da linguagem normativa e por construir uma cultura literária feminista paralela. Dadas as características construídas no francês (que, com seu gênero gramatical, explicita constantemente o gênero dos referentes) e do inglês (com muitos “neutros” e epícenos), as tradutoras feministas inovaram para encontrar novas fórmulas de expressão que não apagassem na tradução as marcas de gênero do texto de partida (por exemplo, “auteures” [fem.] se torna “authers” em lugar do genérico “authors”), empregando estratégias que posteriormente foram descritas e sistematizadas como *supplementing*, *prefacing*, *footnoting* e *hijacking the text* (FLOTOW, 1997). Como já se tem manifestado (CASTRO, 2017[2009]) esta classificação foi (e ainda é) entendida com relativa frequência de maneira errônea, como se essas três fossem “as” estratégias feministas universais a usar por qualquer tradutora feminista em qualquer projeto. Longe disso, pode haver tantas estratégias feministas quanto tradutoras feministas de um projeto de tradução determinado (tendo em conta não só a tipologia textual, mas também a perspectiva de gênero — afim ou hostil ao feminismo — do texto), entre duas ou mais línguas e culturas concretas. De fato, existem hoje em dia numerosos exemplos de tradutoras feministas em distintos contextos, sendo também muito estudados os casos de Miriam Diaz-Diocaretz, Carol Maier, Suzanne Jill Levine ou Françoise Massardier-Kenney no âmbito estadunidense (CASTRO e SPOTURNO, 2020). De novo, Luise von Flotow tratou de sistematizá-las (FLOTOW, 2019), classificando-as em macroestratégias (que incluem a própria escolha do texto, os paratextos ou a tradução não remunerada) e microestratégias (mais relacionadas às questões linguísticas e textuais).

A proposta de tradução feminista além dos binários nutre-se também dos estudos *queer* da tradução (conferir BAER, [2021] para um repassado sobre seu andamento, embora nessa publicação se apague qualquer relação de *queer* com os feminismos), à medida que estes buscam articular outras vias de expressão para dismantlar a carga opressora da linguagem e da sociedade. Alguns dos primeiros chamamentos à criação de uns estudos *queer* da tradução (LEWIS, 2010) se centralizaram em estudar a tradução das pessoas identificadas pelo espectro *queer*, opondo-se às imposições da heteronormatividade dominante, demandas de fato contempladas de maneira mais ou menos direta em muitas outras publicações (BAER e KAINDL, 2017; EPSTEIN e GILLET, 2017; GRAMLING e DUTTA, 2016; LARKOSH²¹, 2011; MARTÍNEZ PLEGUEZUELOS, 2018; ROBINSON, 2019; ROSE, 2021). Também houve estudos muito reveladores a partir dos diálogos transnacionais no contexto latino-americano (DOMÍNGUEZ-RUVALCABA, 2016), que consideram muito como “sexuality and gender expressions cannot be detached from economic determinants; religious and legal constraints; racial, class, and nationality exclusions; or political conjuncture”²² (2016, p. 5). Contudo, os estudos *queer* da tradução por nós conhecidos raramente discutem o tema da

²⁰ *The Routledge Handbook of Translation, Feminism and Gender* (FLOTOW e KAMAL, 2020) dá conta da riqueza epistemológica desta área de investigação; e o número especial 13.2 da revista *Mutatis Mutandis* oferece uma panorâmica destes estudos na América Latina e no Caribe (FONSECA, DA SILVA e SILVA-REIS, 2020) e antes já havia sido publicada uma revisão bibliográfica realizada por Rosvitha Friesen Blume (2010).

²¹ Fazemos aqui uma breve nota em homenagem a Christopher Larkosh, falecido em dezembro de 2020, cujo trabalho apaixonado por James Holmes nos faz olhar para como os estudos da tradução apresentam uma condição *queer* em si e precisam se articular com os ativismos (LARKOSH, 2017).

²² [as expressões de sexualidade e de gênero não podem ser separadas de determinantes econômicos; de restrições religiosas e legais; de exclusões de raça, classe e nacionalidade; ou da conjuntura política]

linguagem não binária de maneira explícita, com raras exceções (no caso do espanhol, LÓPEZ, 2019; LÓPEZ e MÍGUEZ BÓVEDA, 2020; LÓPEZ LEÓN, 2020; no português brasileiro, PINHEIRO, 2020; SILVA, 2018). No entanto, o assunto começa a atrair a atenção jornalística na tradução (como exemplos do espanhol, ALONSO, [2019] e CHEN, [2021]) e como movimento social pela linguagem não binária no português brasileiro, (OLIVEIRA, 2021).

Apesar do evidente desenvolvimento e expansão dos estudos feministas da tradução e dos estudos *queer* da tradução, as relações entre ambos têm sido escassas. Um sinal de mudança e maior diálogo fomentado a partir dos feminismos, porém, pode ser visto no *The Routledge Handbook of Translation, Feminism and Gender* (FLOTOW e KAMAL, 2020), que incorpora toda uma seção (a parte III) com 8 capítulos sobre “Feminism, gender, and queer in translation” [Feminismo, gênero e *queer* na tradução]. Este capítulo, no qual apresentamos uma proposta de tradução feminista além dos binários é, pois, uma forma de traçar mais pontes e fortalecer as (ainda escassas) alianças existentes entre Estudos Feministas da Tradução e estudos *cuir/queer* da tradução, de maneira de que se visibilizem propostas que rompam com o binarismo sem que isso suponha um apagamento dos feminismos e das pessoas que se entendem mulheres como sujeito político.

4.4. Da teoria à prática: ideias para uma tradução feminista além dos binários

Na hora de formular algumas ideias para uma tradução feminista além dos binários com a qual desafiar os padrões cis-heteronormativos, partimos da impossibilidade de prescrever novas normas para determinar como se deve traduzir e de não ser desejável também que se prescreva estratégias para serem usadas de maneira automática e acrítica em um projeto de tradução. Longe disso, cada projeto vai necessitar de estratégias diferentes, sempre de acordo com a leitura e a interpretação que cada tradutor/a/ie faça do texto de partida e do contexto de chegada. Como em toda prática tradutória feminista, é importante que essa aproximação ao texto e contexto se fundamente em bases teóricas críticas que se manifestem também de forma consciente na prática (REIMÓNDEZ, 2020), permitindo a elaboração de procedimentos efetivos com relação aos sistemas nos quais uma tradução está inscrita. Em nossa opinião, para uma prática de tradução feminista além dos binários, seria de utilidade distinguir entre três etapas interdependentes nas quais se requer uma posição consciente de quem traduz: a leitura crítica, a reescrita ativa e a ética do contexto. Examinaremos em seguida as particularidades dessas três etapas, concentrando-nos exclusivamente na análise a nível da norma linguística.

(a) Leitura crítica

Na etapa inicial de leitura crítica, quem traduz deve prestar atenção aos elementos linguísticos do texto de partida para identificar aqueles enunciados (a) nos quais se usam notoriamente estratégias de linguagem não binária, que será preciso trasladar ao texto meta (como exemplo, o uso de “*they*” singular no inglês ou de “*elle*” no castelhano); (b) também aqueles nos quais não se incorre em cis-heterossexismo explícito, porque usam expressões genéricas ou neutralizadas, mas que, como consequência de elas serem habituais na língua, existe o risco de se produzir uma tradução inconsistente que as normatizaria na língua meta devido ao Macho-Cis-Hétero-como-Norma (como exemplo, nas palavra “*teacher*” ou “jornalista”); e (c) finalmente aqueles enunciados ou palavras que se considerem opressoras no texto de origem, para assim poder avaliar criticamente quais são as possíveis maneiras de trasladá-las na língua meta, considerando a pertinência (ou não) de “alterá-las” através de diferentes estratégias de reescrita, sopesando até que ponto, em cada situação concreta, poderia resultar produtivo ou contraproducente “[*to*] soften the harsh and intransigent message of a

truly patriarchal document”²³ (SIMON, 1996, p. 124-125) através de uma tradução linguisticamente inclusiva em todos os sentidos possíveis. Em todo caso, nessa leitura devem ser evitadas atitudes essencialistas que concebiam interpretações únicas sobre a significação textual, assim como afirmações globais prescritivas sobre os usos sistemáticos da linguagem (MILLS, 2008). Ao invés disso, o contexto é determinante e cada situação significativa é irrepetível. Assim torna-se necessário centralizar-se na análise pontual e específica de cada enunciado para realizar leituras contextualizadas que permitam entender como se estabelecem os limites da significação com relação aos gêneros.

(b) Reescrita ativa

Em uma segunda etapa, a de reescrita ativa, é necessário aplicar estratégias de tradução feminista além dos binários que originem textos na língua meta livres de discriminação normativa não somente no plano estritamente linguístico, mas também no plano cognitivo; pois o objetivo último das intervenções na língua é contribuir para uma representação verdadeiramente inclusiva e igualitária que esteja alinhada com as mudanças sociais emancipatórias. Algumas das estratégias de reescrita feminista além dos binários podem ser as seguintes:

Compensação. Consiste em intervir para compensar as diferenças entre línguas e culturas com relação à forma de marcar o gênero linguístico, as conotações que um termo pode ter com relação à representação cognitiva e mais. Como temos visto, um dos principais desafios de tradução no plano da norma linguística consiste na diferente materialização do gênero linguístico em diferentes idiomas, assim como na tendência a utilizar o masculino genérico quando se desconhece o gênero do referente. Existem muitas maneiras válidas para realizar essa compensação: a partir das contribuições feitas a partir da linguística feminista (PAUWELS, 1988), que aqui atualizamos tendo em conta o gênero não binário, é útil pensar em dois grandes grupos de estratégias.

Um grande grupo é *a compensação mediante generalização ou neutralização*, que consiste em eliminar as formas e marcas específicas de cada gênero (sobretudo em contextos nos quais, ao traduzir, saber o gênero do referente não é fundamental), com o objetivo de que o termo geral/abstrato seja interpretado como realmente “neutro” (HELLINGER e PAUWELS, 2007). Na prática, isso supõe optar por formas genéricas já existentes na linguagem, pela adoção de neologismos com valor genérico, pelo uso de epicenos (como “pessoa”) ou mesmo pela reescrita do enunciado. Assim, ao traduzir “faz-tudo”, em lugar de dizer “*handyman*” ou “*handywoman*”, optaria-se por “*handyperson*” quando tivesse valor genérico; a tradução de “*student*” poderia ser “alunado” (no lugar de “aluna”, “alune”— quando se trata de pessoa não binária e não de uma ausência de marca de gênero através da linguagem não binária, argumento que está na base de outras colocações ao longo do artigo — ou “aluno”), assim também a tradução de “professoras” seria “*teachers*” ou “*teaching staff*”; e “*translator*” se converteria em “quem traduz” ou “pessoa tradutora”. Um enunciado no singular verbalizado como “*they were scared*” poderia ser “se assustou” (no lugar de “ela estava assustada”, “elu estava assustade” ou “ele estava assustado”). Este tipo de intervenção, que tem como objetivo fazer referência a todos os gêneros sem empregar nenhuma marca de gênero é o que, na linguística não binária, autories como Ártemis López e Carla Míguez Bóveda (2020) denominam de linguagem não binária indireta, ou LNI.

A segunda forma de *compensação é mediante a especificação*, que consiste em introduzir marcas específicas com informação sobre os gêneros linguísticos quando se fala de pessoas, com o objetivo de contestar a invisibilidade histórica e permanente dos grupos minorizados, mas não minoritários, pela discriminação de gênero. Essas marcas específicas

²³ [suavizar a mensagem agressiva e intransigente de um documento verdadeiramente patriarcal]

que refletem na linguagem o gênero da pessoa mencionada podem fazer referência (a) a todos os distintos gêneros ou (b) ao gênero linguístico correspondente ao gênero com o qual a pessoa referida se autoidentifique, e, em tal caso, um aspecto muito importante é que as marcas se apliquem de maneira simétrica, por exemplo, sem antepor o masculino sistematicamente. Caso não se conheça o gênero da pessoa referida, ou que potencialmente se refira a todos os gêneros, a compensação mediante especificação do gênero linguístico concreto levaria a uma triplicação. Tanto no caso (a) como (b), dado que na linguagem normativa cis-heteropatriarcal algumas palavras carecem de forma feminina, outras não possuem forma masculina, todas excluem a forma não binária e em quase todas faltam marcas que façam referência a todos os gêneros, é muito provável que na prática seja necessária a adoção de novos morfemas com sufixação em “e”, “i” e “u” no caso do português brasileiro; ou que por vezes seja preciso utilizar recursos como parênteses ou barras. A preferência por uma ou outra opção pode depender de fatores como a língua e sociedade na qual seja usada (o português brasileiro e o português europeu, por exemplo), do momento histórico e também da própria comunidade de prática. Linguistas não binários denominam de linguagem não binária direta, ou LND (LÓPEZ e MÍGUEZ BÓVEDA, 2020), esse tipo de estratégias que utiliza neologismos ou neomorfemas. Aqui, porém, consideramos mais produtivo agrupar todas as estratégias que incorporam marcas específicas de gênero na mesma categoria, contribuindo assim para o seu tratamento simétrico. Assim, no lugar de “seu” ou “sua” (possesivos que em português concordam com o objeto e não com a pessoa possuidora, como “sua casa” ou “seu carro”) teríamos em inglês (língua na qual os possesivos concordam com a pessoa e portanto há marcas de gênero) “*her/their/his*”, “*their, her or his*”, e mais; “*siblings*” passaria a “irmãs, irmães e/ou irmãos”, “irmã/e/o”, “irmã(e)(o)” para referir-se a todos os gêneros; a tradução de “*translator*” genérico seria “tradutorie” quando referida a pessoa não binária e “tradutorie, tradutor e tradutora”, “tradutor/a/ie” e mais em referência específica a todos os gêneros; e a tradução de “professorado” seria “*non-binary or fe/male teachers*”, “*non-binary, male and female teachers*”, “*non-binary and (wo)men teachers*” e mais.

A criação de neologismos é necessária em ambos casos, quando a linguagem não oferece nenhuma alternativa para descrever a realidade de forma que não discrimine pessoas que se identificam como mulheres e muitas outras em um amplo espectro de gêneros. É por isso que, como já se mostrou, a tradução de “*users*” poderia ser “usuariado”; e uma “tradutora” também poderia ser “*translatrix*” ou “*translatress*”). Com efeito, este acaba sendo o caso de muitas das opções não binárias que ainda não são reconhecidas pelas gramáticas, provocando não somente a criação de novas palavras, mas uma intervenção na estrutura linguística que afeta as palavras já existentes no espectro binário, para que possam incluir sufixos não binários.

Transtorno linguístico. Provocar um transtorno linguístico ou “*linguistic disruption*” (PAUWELS, 1998, p. 98) consiste em incorporar no texto traduzido mudanças substanciais que incluem alterações semânticas, inovações linguísticas, novas formas de soletrar palavras para visibilizar as que se entendem mulheres e pessoas em um amplo espectro de gêneros, ou a utilização de negritos, maiúsculas, itálicos, aspas etc. Assim, a tradução de um “*journalist*” poderia até ser “jornalista”; a tradução de “direitos do homem” poderia ser “huMan Rights” ou “*man’s rights*”; a tradução de “*female cook*” poderia ser “cozinheirA”; ou falar da “história” criticando seu viés patriarcal poderia remeter à forma “*herstory*”. Considerando a linguagem não binária, seria possível criar outras formas, como as que usamos no começo deste texto: tradutorIes para “*translators*”. O objetivo desta estratégia é chamar a atenção, o que pode resultar útil em certos contextos e pode ser acompanhado por um metatexto (ver abaixo).

Correção do texto. Esta técnica busca “corrigir” o texto de partida quando se percebe que incorpora um “erro”. Dessa forma a tradução de “os direitos do homem” passa a ser “*human rights*” (no lugar do literal “*men’s rights*”), ou a referência a Marieke Lucas Rijneveld

como “she was the winner of the Man Booker Prize” passa a ser “elu ganhou” ou “elu foi ganhadorie do prêmio Man Booker Prize”, dado que elu é uma pessoa não binária.

Escolha em contraponto. Esta estratégia consiste em realizar uma “*contrapunctual reading*”²⁴ (SAID, 1994), isto é, uma leitura dinâmica que considera tanto a interpretação dominante (cis-heterossexista) quanto a interpretação subversiva (feminista além dos binários), para depois escolher diferentes gêneros linguísticos (feminino, não binário e masculino) de maneira alternativa para subverter as expectativas dominantes. Por exemplo, na tradução de um texto sobre os melhores livros para “*children and young adults*”, no qual estas duas referências a pessoas aparecem reiteradamente, uma escolha em contraponto poderia levar a que na primeira vez se traduza como “meninas e moços”, uma segunda como “menines e moços” e mesmo uma terça como “meninos e moças” (em lugar da neutralização ou linguagem não binária indireta “crianças e jovens”). Quem traduz deverá ter em conta a importância de não reproduzir sistematicamente estereótipos comumente associados com os gêneros, assim como não desconsiderar a possibilidade de visibilizar não binários. Desse modo, deverão evitar traduções automáticas e irrefletidas de acordo com os papéis de gênero dominantes em casos em que não haja nenhuma indicação de qual seja. Para ilustrar, “*nurses [neutr.] and doctors [neutr.] are on strike*” não deveria ser traduzido constante e automaticamente como “as enfermeiras e os médicos estão em greve”, mas uma reescrita como “médicas e enfermeiros” ou “médicas e enfermeiras”, “médiques e enfermeiras” e até “médiques e enfermeires” seria possível. Do mesmo modo, deve-se evitar reproduzir estereótipos de gênero, e “*they are always crying*” (plural) não deveria se tornar automaticamente “são umas choronas”. Dessa forma, busca-se representar os gêneros o máximo possível, no lugar de utilizar sistematicamente o masculino invisibilizando assim o feminino e não binário.

Metatextos. Usar metatextos ou outros aparatos tradutórios como notas de rodapé, introduções, prefácios, notas de quem traduz etc. é uma das principais ferramentas na tradução feminista em geral, e também resulta muito útil para esta proposta além dos binários. A metatextualidade pode ser concebida como uma técnica complementar a muitas das anteriores, já que, através dos metatextos, quem traduz pode explicar suas intenções políticas na tradução, o porquê de suas táticas feministas além dos binários, sua compreensão do texto de partida, a razão de sua escolha em contraponto ou outras leituras possíveis do texto em questão, além de utilizar os metatextos para contextualizar a tradução, o texto ou a autoria. Além disso, também pode ser aplicada como estratégia em si mesma para chamar a atenção sobre o cis-heterossexismo do texto de partida e suas questões racistas, classistas ou capacitistas, quando estas se decidiram conservar no texto meta (estratégia que pode ser interessante quando se traduz um texto de alguém abertamente misógine, LGBTI+fóbique, classista, racista, capacitista e/ou mais, pois neutralizar sua carga opressora poderia resultar contraproducente).

(c) Ética do contexto

A ética do contexto é fundamental para estabelecer o que pode se considerar uma tradução lícita e viável em um determinado contexto. Essa etapa não deve ser concebida como posterior às duas anteriores, mas deve estar presente e impregnar todo o processo de tradução. A ética do contexto se baseia na responsabilidade de quem traduz de refletir sobre suas ações, de mostrar uma atitude autocrítica sobre as possibilidades e os limites de sua interpretação textual, e de ser consciente de sua intervenção e da “criação” de significado que está sempre presente no ato de mediação que a tradução supõe, avaliando o impacto que suas estratégias de tradução inevitavelmente provocarão. Por isso, na hora de avaliar diferentes opções possíveis que sejam linguisticamente inclusivas e não discriminatórias, é fundamental também considerar o seu potencial inclusivo a nível cognitivo. Isso implica perguntar-se, como escreve

²⁴ [leitura em contraponto].

Emily Rose: “If we erase gender binaries from language, can we erase them from our minds?”²⁵ (2017, p. 43). A resposta mais precisa seria, talvez, que depende de fatores variados. Entre eles, também qual estratégia se use e sua repetição ao longo do tempo. Por exemplo, ao avaliar o potencial da estratégia de compensação por neutralização ou por especificação, já se argumentou (CASTRO, 2013) que, tanto em inglês quanto em línguas com flexão de gênero gramatical, a neutralização pode resultar mais fácil de aplicar, mas pode acabar menos efetiva se a estratégia recorrer ao uso de um termo habitual no idioma que acabará passando despercebido. O motivo é que, ao não se empregar marcas de gênero (traduzir “*they are angry*” no singular como “se irritou”, no lugar de “está irritado”), o Princípio do Macho-Cis-Hétero-como-Norma favorecerá sua compreensão dominante. Ártemis López (2020) realiza uma apreciação similar quando escreve que as estratégias da linguagem não binária indireta seriam mais difíceis de detectar por camuflarem-se na norma, e, ao ficarem quase invisíveis (tanto para adversárias quanto para simpatizantes), perderíamos a oportunidade de sermos levadas a refletir sobre a representação dos gêneros na língua, e talvez também de apagar o binarismo das nossas mentes. Por sua vez, a estratégia de compensação por especificação apresenta mais dificuldades para sua aplicação, pois necessita com frequência de neologismos e neomorfemas, mas seu poder de influência a nível cognitivo é também muito maior, uma vez que atua e chama a atenção sobre o componente de gênero de maneira tão óbvia que é impossível que a pessoa receptora o ignore.

Também com relação à escolha, é importante lembrar que essas estratégias não têm valor universal, nem devem ser aplicadas como “receitas” gerais, mas umas ou outras (e também o uso combinado delas em um mesmo projeto de tradução) acabarão mais apropriadas em cada situação, de acordo com múltiplos fatores específicos; e tendo sempre em mente, como dissemos, que o objetivo da tradução feminista além dos binários é favorecer uma representação linguística, mas sobretudo cognitiva, não discriminatória. Entre os fatores a se ter em vista, encontra-se a função que (a partir do ponto de vista de quem traduz) a tradução deveria cumprir em seu contexto meta; a autoria do texto de partida (se se trata de um texto anônimo como um manual de instruções, ou no caso de autoria conhecida como uma obra literária); o tipo de gênero textual a que corresponda (as limitações variam evidentemente se se trata de uma tradução audiovisual, literária, juramentada, científica, técnica etc.); a perspectiva de gênero presente no texto (se se trata de um texto explicitamente feminista e/ou *cuir/queer*, se é abertamente cis-heterossexista, se não se posiciona sobre temas de gênero e todas as variações intermediárias possíveis); ou o tipo de audiência a qual se dirige a tradução (para avaliar o grau de receptividade para cada estratégia). Em uma estreita relação com esses fatores, um outro é o reconhecimento de seu uso na língua de chegada. Assim considerando-os, buscamos por um lado evitar uma recusa a priori da audiência da língua meta, e, por outro, contribuir, a partir da tradução, a consolidar (ou ao menos a não distorcer) as estratégias de uma linguagem mais acolhedora, fomentada pelas instâncias sociais de uma comunidade linguística.

Nessas considerações, é preciso igualmente ter em mente as numerosas restrições que influenciam as decisões da pessoa tradutora, como os prazos (em acordos) de entrega de traduções, as condições econômicas (quanto antes se acabe uma tradução — dedicando, logo, menos tempo para a reflexão sobre dilemas relacionados com a representação linguística dos gêneros — antes se pode entregar e começar uma nova, o que significa mais dinheiro ao final do mês), as pressões para traduzir de um determinado modo por parte da agência, editora, clientela direta etc. Mas longe de se centralizar em aspectos negativos que, por fim, acentuam a crença de que qualquer tradução afastada da norma é problemática ou defeituosa, é importante destacar que a posição crítica, consciente e ética na qual se origina a tradução feminista além

²⁵ [Se apagamos os binários de gênero da linguagem, conseguiremos apagá-los de nossas mentes?]

dos binários pode constituir uma prática profissional de valor (REIMÓNDEZ, 2020), uma vez que le traductorie se abre para mais conhecimentos que lhe permitem produzir um texto meta mais ético.

Além disso, a ética do contexto de qualquer proposta feminista, também além dos binários, implica uma responsabilidade para tradutorIes de serem visíveis, isto é, de informar sobre suas intervenções textuais, na medida que cada texto o permita. Dependendo do projeto, essa informação pode compartilhar-se com o público leitor (por exemplo, através da metatextualidade), com a pessoa que solicitou a tradução *a priori* (para informá-la sobre os princípios responsáveis a partir dos quais se exerce o trabalho tradutório), ou até com o público geral *a posteriori* (naquelas situações quando não se pôde comentar antes, por exemplo ao escrever um post em um blog ou uma nota em um jornal).

Finalmente, é útil lembrar que, como projeto emancipador que é, a ética do contexto na tradução feminista além dos binários encontra legitimação em um contexto no qual se põe em evidência a impossibilidade de uma neutralidade ou objetividade ideológica em tradução (já que a intervenção nos textos está irremediavelmente presente na hora de traduzir), e no qual, além disso, os usos linguísticos considerados “naturais” ou “não ideológicos” demonstram estar de acordo com a ideologia (inconsciente) dominante cis-heterossexista. Dessa forma, poderíamos afirmar que quando le traductorie não é consciente de sua intervenção (podendo, inclusive, chegar a negá-la e a reivindicar sua objetividade), na realidade está aderindo à ideologia dominante opressora, a que precisamente por ser dominante se vê como “normal”, “natural”, inquestionada. No entanto, quando le traductorie é consciente (até onde a consciência lhe permita) de sua intervenção, a partir do ponto de vista de gênero pode tanto se filiar à ideologia dominante quanto aderir a uma intervenção feminista.²⁶

O nível de alteração ou manipulação implicado nas práticas de tradução feminista além dos binários não é necessariamente maior que aquele envolvido em outras práticas não questionadas que se alçam em nome da objetividade, mas a diferença básica entre elas é vital. Enquanto que estratégias feministas são conscientes das práticas que implementam, ao mesmo tempo que, de forma responsável, avisam e reconhecem honestamente sua filiação ideológica sobre uma realidade que é sempre relativa; as outras práticas inquestionadas tendem a ser invisíveis, a ocultar sua intervenção, a camuflar sua manipulação do texto, dando a entender sua “fidelidade” ao texto de partida e, definitivamente, apresentam sua alteração de forma desonesta e desavisada como um fato incontestável, objetivo e livre de ideologia. Na realidade, tendo em vista que “there is no such thing as objective truth, and thus the most dangerous manipulator is not the one who does it openly but the one who claims to be objective”²⁷ (KOSKINEN, 1994, p. 451), a tradução feminista além dos binários pode legitimamente fomentar uma linguagem que permita, por sua vez, questionar a hegemonia dos valores subjacentes nos usos normativos promovidos e autorizados pelos grupos cis-heteropatriarcais dominantes na sociedade. Nesse sentido, a tradução feminista além dos binários é um contramovimento a les traductories que obviamente usam estratégias de intervenção, mas que não veem a necessidade de explicá-las ao público.

5. Considerações finais

²⁶ A oposição entre ideologia cis-heteropatriarcal e posturas feministas não deve ser concebida de forma reducionista, mas tendo em conta que sua materialização adquire graus diversos. Por exemplo, em um extremo da norma se situam aqueles comportamentos abertamente cis-heterossexistas, enquanto que no outro extremo estariam aquelas atitudes opressoras mais sutis que a ideologia dominante (e, portanto, o senso comum) considera “normais”.

²⁷ [não existe algo como uma verdade objetiva, e, portanto, le mais perigose manipuladorie não é quem o faz abertamente, mas quem afirma ser objetivo]

Vivemos em um período histórico no qual a tradução desempenha um papel fundamental na configuração das identidades e subjetividades individuais e sociais. Por isso, mais que nunca, nas universidades, nas faculdades de tradução, nas associações de tradução, nos fóruns etc., é preciso intervir pela conscientização e atuação crítica, postura que já se encontra em muitos dos ativismos sociais. É necessário fazer com que tradutores compreendam sua tarefa ética de realizar uma reflexão crítica sobre o ato de traduzir que lhes permita reconhecer a falácia da objetividade/fidelidade na tradução, conscientes de que sua intervenção (e ideologia) está sempre presente nos textos que reescrevem, e expor as consequências materiais que suas práticas tradutórias inexoravelmente acarretam em um sentido ou outro, como passo prévio indispensável para encarar com responsabilidade a carga ideológica que os textos transportam em si mesmos.

Uma dessas cargas ideológicas é a representação linguística de pessoas. Como temos visto, essa representação pode ter lugar em algumas ocasiões a nível discursivo. Mas sempre (pelo menos na combinação linguística analisada) essa carga ideológica se materializa a nível da norma linguística, com frequência mediante o gênero linguístico. Consequentemente, tradutores podem compreender que o gênero linguístico possui um significado político que o torna fundamental para a tradução, dada sua repercussão na (in)visibilidade dos gêneros no imaginário coletivo e suas consequências materiais na sociedade. Somente outorgando sentido político ao gênero linguístico é que se poderá adotar um compromisso e encarar sua responsabilidade — enquanto que realiza mediações ideológicas, políticas, sociais, culturais e linguísticas — com relação à perpetuação ou subversão do cis-heteropatriarcado. Para precisamente desafiar os padrões cis-heteronormativos, neste capítulo formulamos algumas ideias para resolver possíveis problemas de tradução segundo uma linguagem feminista além dos binários, englobando a fase de leitura ativa, de reescrita crítica e de ética do contexto. A importância desta proposta de tradução feminista além dos binários radica em suas consequências materiais, já que uma mudança na prática tradutória e linguística não só caminha junto das mudanças sociais em curso, senão que constitui em si mesma uma mudança social.

Referências bibliográficas

ALONSO, Guillermo. “‘Chique’, ‘élle’ y los dilemas del caso Sam Smith: ¿cómo referirnos en español a quien no se siente ni hombre ni mujer?” ICON, *El País*, 17 setembro 2019. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2019/09/17/icon/1568715872_513074.html

ALTHUSSER, Louis. “Ideología y Aparatos Ideológicos de Estado”. Tradução Albert Roises Qui. *Escritos*. Barcelona: Laia, 1975, p. 107–172.

ALVAREZ, Sonia E. “Construindo uma política feminista translocal da tradução”. *Revista Estudos Feministas*, vol. 17, n. 3, 2009, p. 743–753.

ALVAREZ, Sonia E.; COSTA, Claudia de Lima; FELIU, Verónica; HESTER, Rebecca; KLAHN, Norma e THAYER, Millie (eds.). *Translocalities/translocalidades: Feminist politics of translation in the Latin/a Americas*. Durham: Duke University Press, 2014.

ANZALDÚA, Gloria. “La Prieta”. In: MORAGA, Cherrie; ANZALDÚA, Gloria (eds.). *This bridge called my back: writings by radical women of color*, 1ª edição. Watertown, Massachussets: Persephone Press, 1981, p. 220–233.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/ La Frontera: The New Mestiza*. São Francisco: Aunt Lute, 1987.

BAER, Brian James. *Queer Theory and Translation Studies. Language, Politics, Desire*. Abingdon: Routledge, 2021.

BAER, Brian James e KAINDL, Klaus (eds.). *Queering Translation, Translating the Queer*. New York and Abingdon: Routledge, 2017.

BASSNETT, Susan e LEFEVERE, André. “Introduction: Proust’s Grandmother and the Thousand and One Nights. The Culture Turn in Translation Studies”. In: BASSNETT, Susan e LEFEVERE, André (eds.) *Translation, History and Culture*. Londres e Nova Iorque: Pinter Publishers, 1991, p. 1–13.

BLUME, Rosvitha Friesen. “Teoria e prática tradutória numa perspectiva de gênero”. *Fragmentos*, n. 39, 2010, p. 121–130.

BOZZANO, Caroline Betemps. “Feminismos transnacionais descoloniais: Algumas questões em torno à colonialidade nos feminismos”. *Revista Estudos Feministas*, vol. 27, n. 1, 2019, p. 1–7.

BRAUN, Friederike. “Making Men out of People: the MAN principle in translating genderless forms”. In: KOTTHOFF, Helga e WODAR, Ruth (eds). *Communicating Gender in Context*. Amsterdã: John Benjamins, 1997, p. 3–30.

BUTLER, Judith. “Os atos performativos e a constituição de gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista”. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. *Chão da Feira, Caderno de leituras*, n. 78, 2018[1988].

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 15a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017[1990].

BUTLER, Judith. “Regulações de gênero”. Tradução de Ana Cecília Acioli Lima. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A. (Orgs.). *Traduções da cultura. Perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: Editora Mulheres/EdUFAL, 2017[2004], p. 692–716.

BUTLER, Judith. “Gender in Translation: Beyond Monolingualism”. *philoSOPHIA*, vol. 9, n. 1, 2019, p. 1–25.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições e crocodilo edições, 2019[1993].

CAMERON, Deborah. “Demythologizing sociolinguistics: why language does not reflect society”. In: JOSEPH, John (ed.). *Ideologies of Language*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1990, p. 79–93.

CARVALHO, Danniell da Silva. “As genitálias da gramática”. *Revista da Abralin*, v. 19, n. 1, p. 1–21, 2020.

CASTRO VÁZQUEZ, Olga. *Tradución e cambio social. Elementos de análise para unha tradución non sexista*. (Dissertação de fim de mestrado de investigação). Disponível na biblioteca da Faculdade de Filologia e Tradução, Universidade de Vigo, 2006.

CASTRO VÁZQUEZ, Olga. “Traducción no sexista y/en el cambio social: el género como problema de traducción” - “Non-Sexist Translation and/in Social Change: Gender Issues in Translation”. In: Julie Bóerie e Carol Maier (eds.), *Compromiso Social y Traducción/Interpretación - Translation/Interpreting and Social Activism*. Granada: ECOS, 2010, p. 296–310 / p. 106–120.

CASTRO, Olga. “Talking at Cross-Purposes? The Missing Link between Feminist Linguistics and Translation Studies”. *Gender and Language* vol. 7, n.1, 2013, p. 31–54.

CASTRO, Olga. “(Re)examinando horizontes nos estudos feministas de tradução: em direção a uma terceira onda?”. Tradução de Beatriz Regina Guimarães Barboza. *TradTerm*, 29, 2017, p. 216–250.

CASTRO, Olga; ERGUN, Emek (eds.). *Feminist Translation Studies: Local and Transnational Perspectives*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2017.

CASTRO, Olga e ERGUN, Emek. “Translation and Feminism”. In: Jon Evans e Fruela Fernandez (eds.). *The Routledge Handbook of Translation and Politics*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2018, p. 125–143.

CASTRO, Olga e SPOTURNO, María Laura. “Feminismos y traducción: apuntes para una traductología feminista transnacional”. *Mutatis Mutandis. Revista Latinoamericana de Traducción*, vol. 13, n. 1, janeiro-junho, 2020, p. 11–44.

CASTRO, Olga; ERGUN, Emek; FLOTOW, Luise von; SPOTURNO, María Laura. “Rumo aos Estudos Feministas Transnacionais da Tradução”. Tradução de Beatriz Regina Guimarães Barboza. *Mutatis Mutandis. Revista Latinoamericana de Traducción*, vol. 13, n. 1, 2020, p. 2–10.

CHAK, Avinash. *Beyond ‘he’ and ‘she’: the rise of non-binary pronouns*. BBC News. 2015 Disponível em: <http://www.bbc.com/news/magazine-34901704>.

COSTA, Claudia de Lima e ALVAREZ, Sonia E. “Dislocating the sign: Toward a translocal feminist politics of translation”. *Signs*, vol. 39, n. 3, 2014, p. 557–563.

CRENSHAW, Kimberlé W. “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color”. *Stanford Law Review*, vol. 43, n. 6, 1991, p. 1241–1299.

CRONIN, Michael. “Ideology and Translation”. In: CLASSE, Olive (Ed.). *Encyclopedia of Literary Translation into English*. Vol I. Londres: Fitzroy Dearborn, 2000, p. 694–696.

CROUCH, Erin. “What Happens If You're Genderqueer - But Your Native Language is Gendered?” *The Establishments*, 7 de setembro de 2017. Disponível em: <https://theestablishment.co/what-happens-if-youre-genderqueer-but-your-native-language-is-gendered-d1c009dc5fcb/>

DOMÍNGUEZ-RUVALCABA, Héctor. *Translating the Queer — Body Politics and Transnational Conversations*. Londres: Zed Books, 2016.

EPSTEIN, B. J. e GILLET, Robert (eds.). *Queer in Translation*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2017.

FAIRCLOUGH, Norman e WODAK, Ruth. “Critical Discourse Analysis”. In: DIJK, Teun A. Van (Ed.). *Discourse as Social Interaction. Discourse studies: a multidisciplinary introduction*, Vol. 2. Londres: Sage, 1997, p. 258–284.

FEINBERG, Leslie. *Transgender Warriors: making history from Joan of Arc to Dennis Rodman*. Boston: Beacon Press, 1996.

FLOTOW, Luise von. *Translation and Gender. Translation in the Era of Feminism*. Manchester: St. Jerome, 1997.

FLOTOW, Luise von. “Translation”. In: GOODMAN, Robin Truth (Ed.), *The Bloomsbury handbook of 21st-century feminist theory*. Londres: Bloomsbury, 2019, p. 229–243.

FLOTOW, Luise von e SCOTT, Joan W. “Gender Studies and Translation Studies: ‘Entre Braguette’ - Connecting the Transdisciplines”. In: GAMBIER, Yves e DOORSLAER, Luc van (eds.) *Border Crossings: Translation Studies and Other Disciplines*. Amsterdam: Benjamins, 2016, p. 349-374.

FLOTOW, Luise von; KAMAL, Hala. *Routledge Handbook of Translation, Feminism and Gender*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2020.

FONSECA, Luciana Carvalho; DA SILVA, Liliam Ramos e SILVA-REIS, Dennys (eds.). Número especial “Mulheres e tradução na América Latina e no Caribe”. *Mutatis Mutandis*, vol. 13, n. 2.

GARCIA, Dantielli Assumpção. “Sexismo linguístico e o processo de manualização: a presença do feminino e da mulher na língua”. *Fragmentum*, Jul/Dez 2018, p. 141-159.

GRAMLING, David e DUTTA, Aniruddha (eds.). Número especial “Translating Transgender”. *Transgender Studies Quarterly*, v. 3, n. 3-4, 2016.

HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. Tradução de Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*, n. 5, 1995[1988], p. 7–41.

HATIM, Basil. *Teaching and Researching Translation*. Londres: Longman, 2001.

HELLINGER, Marlis e BUSSMANN, Hadumond (eds.). *Gender Across Languages. The linguistic representation of women and men*. Amsterdã: Benjamins, 2001.

HELLINGER, Marlis e PAUWELS, Anne. “Language and sexism”. In: HELLINGER, Marlis e PAUWELS, Anne (Eds.). *Handbook of Language and Communication. Diversity and Change*. Berlim e Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 2007, p. 651-684.

HOOKS, bell; BRAH, Avtar; SANDOVAL, Chela e ANZALDÚA, Gloria. *Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras*. Tradução de Maria Serrano Gimenez; Rocio Macho Ronco; Hugo Romero Fernández Sancho e Álvaro Salcedo Rufo. Madri: Traficantes de Sueños, 2004.

KIESLING, Scott F. *Language, Gender, and Sexuality. An Introduction*. Abigndon: Routledge, 2019.

KOSKINEN, Kaisa. “(Mis)Translating the Untranslatable — The Impact of Deconstruction and Post-Structuralism on Translation Theory”. *Meta* vol. 39, n. 3, 1994, p. 446–452.

LARKOSH, Christopher (ed.). *Re-engendering translation. Transcultural practice, gender/sexuality and the politics of alterity*. Manchester: St. Jerome, 2011.

LARKOSH, Christopher. “James S. Holmes, Translation Studies, and the queer ethics of the first person”. In: SANTAEMILIA, José (ed.). *Traducir para la igualdad sexual — Translating for Sexual Equality*. Granada: Comares, 2017, p. 157–172.

LAU, Héilton Diego. “Acepções discursivas sobre a linguagem não-binária na língua portuguesa: visibilidades e (r)existências”. In: LAU, Héilton Diego e SILVEIRA, Éderson Luís (eds.). *Raça, Gênero e Sexualidade em Perspectivas Discursivas: teorias e análises*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019a, p. 180–197.

LAU, Héilton Diego. “Pensando fora do sistema: uma reflexão sobre a linguagem não binária”. *Uniletras*, v. 41, n. 2, 2019b, p. 262–282.

LAU, Héilton e SANCHES, Gabriel Jean. “A linguagem não-binária na língua portuguesa: possibilidades e reflexões making herstory”. *Revista X*, v. 14, n. 4, 2019, p. 87–106.

LEFEVERE, André. *Translation, Rewriting and the Manipulation of the Literary Frame*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1992.

LEOPOLDO, Rafael. *Cartografias do pensamento queer*. Salvador: Editora Devires, 2020.

LEWIS, Elizabeth Sara. “‘This is My Girlfriend, Linda’ — Translating Queer Relationships in Film: A Case Study of the Subtitles for *Gia* and a Proposal for Developing the Field of Queer Translation Studies”. In *Other Words... The Journal for Literary Translators* (Número especial “Translating Queers/Queering Translation”) n. 36, 2010, p. 3–22.

LÓPEZ, Ártemis. “Guest post: Non-binary and inclusive language in translation”. *Training for Translators*, 2019. Disponível em: <https://www.trainingfortranslators.com/2019/03/11/guest-post-non-binary-and-inclusive-language-in-translation/>

LÓPEZ, Ártemis. “Cuando el lenguaje excluye: consideraciones sobre el lenguaje no binario indirecto”. *Cuarenta Naipes Revista de Cultura y Literatura* v. 2, n. 3, 2020, p. 295–312.

LÓPEZ, Ártemis e MÍGUEZ BÓVEDA, Carla. “Ti, eu, ele e a linguaxe non binaria na tradución entre inglés e castelán”. *Viceversa. Revista galega de tradución*, n. 21, 2020, 253–

261. [Tradução ao galego de: LÓPEZ, Ártemis. “Tú, yo, elle y el lenguaje no binario”. Disponível em: <http://www.lalinternadeltraductor.org/n19/traducir-lenguaje-no-binario.html>]

LÓPEZ GÓMEZ, Isabel; PLATERO, Lucas R. “Faltan palabras! Las personas no binarias en el Estado español”. *ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres* n. 38, 2018, p. 111–127.

LÓPEZ LEÓN, Carla 2020. *El género no binario en la traducción al español: análisis del uso del lenguaje inclusivo no binario*. 2019-2020. 41 f. TCC (Graduação) — Curso de Tradução e Interpretação Inglês-Francês, Universidad de las Palmas de Gran Canaria, 2019-2020.

MAIER, Carol e MASSARDIER-KENNEY, Françoise. “Gender in/And Translation”. In: ROSE, Marilyn Gaddis (ed.). *Translation Horizons. Beyond the Boundaries of Translation*. Binghamton: SUNY Press, 1996, p. 225–242.

MARTÍNEZ PLEGUEZUELOS, Antonio J. *Traducción e identidad sexual. Reescrituras audiovisuales desde la Teoría Queer*. Granada: Comares, 2018.

MENDOZA, Breny. “A epistemologia do sul, a colonialidade do gênero e o feminismo latino-americano”. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A. (eds.). In: *Traduções da Cultura: Perspectivas críticas feministas (1970–2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017[2010], p. 753–776.

MILLS, Sara. *Language and sexism*. Cambridge: Cambridge UP, 2008.

OLIVEIRA, Kaynã de. “Linguagem neutra pode ser considerada movimento social e parte da evolução da língua”. *Jornal da USP, Rádio USP*, 18 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/linguagem-neutra-pode-ser-considerada-movimento-social-e-parte-da-evolucao-da-lingua/>>.

PAUWELS, Anne. *Women Changing Language*. Londres: Longman, 1998.

PERUSSO, Mari. Por uma sociedade inclusiva. In: GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. *Manual para o uso não sexista da linguagem. O que bem se diz bem e entende*. Rio Grande do Sul: Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital, 2014.

PINHEIRO, Felipe Duarte. “Apagamento de identidades não binárias em traduções de mangás: um estudo comparativo”. *Anais do I CONEIL...* Campina Grande: Realize Editora, 2020.

REIMÓNDEZ, María. “El enfoque feminista de la traducción e interpretación: una ventaja competitiva”. *Transfer*, vol. 15, 2020, p. 168–190.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ROBINSON, Douglas. *Transgender, Translation, Translingual Address*. Londres: Bloomsbury, 2019.

ROMAINE, Suzanne. “Gender, grammar and the space in between”. In: KOTTHOFF, Helga e WODAK, Ruth (eds.). *Communicating Gender in Context*. Amsterdã: Benjamins, 1997, p. 51–

ROSE, Emily. “Revealing and concealing the masquerade of translation and gender: double-crossing the text and the body”. In: EPSTEIN, B. J. e GILLET, Robert (eds.) *Queer in Translation*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2017, p. 37–50.

ROSE, Emily. *Translating Trans Identity*. London e Nova Iorque: Routledge, 2021.

SAID, Edward. *Culture and Imperialism*. Nova Iorque: Vintage, 1994.

SCHWINDT, Luiz Carlos. “Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico”. *Revista da Abralin*, v. 19, n. 1, 2020, p. 1–23.

SCOTT, Joan. “Gender: a useful category of historical analysis”. *American Historical Review*, n. 91, 1986, p. 1053–1075.

SILVA, Rafaela dos Santos. *A tradução de pronomes de gênero não-binário e neutro na legendagem: uma análise dos seriados Carmilla e One Day At A Time*. 2018. 81 f. TCC (Graduação) — Curso de Letras, Instituto de letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SIMON, Sherry. *Gender in Translation: Cultural Identity and the Politics of Transmission*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1996.

SNELL-HORNBY, Mary. “Linguistic Transcoding or Cultural Transfer? A Critique of Translation Theory in Germany”. In: BASSNETT, Susan e LEFEVERE, André (eds.). *Translation, History and Culture*. Londres e Nova Iorque: Pinter, 1991, p. 79–86.

ST-PIERRE, Paul. “Translation in an Era of Globalization”. In: ST-PIERRE, Paul e KAR, Prafulla C. (eds.). *Translation – Reflections, Refractions, Transformations*. Delhi: Pencraft, 2005, p. 162–172.

SUNDERLAND, Jane. *Language and Gender. An advanced resource book*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2006.

VALENCIA, Sayak. “Del queer al cuir: ostranénie geopolítica y epistémica desde el sur global”. In: CARRASCO, Raúl M. e LANUZA, Fernando R. (eds.). *Queer & cuir: políticas de lo irreal*. Cidade do México: editorial fontamara, 2015, p. 19–38.